

Escrito por {ga=aderito-caldeira}
Terça, 13 Março 2018 08:03 -



A Conferência Anual do Sector Privado (CASP) voltou a ser um muro para as lamentações dos empresários da Confederação das Associações Económicas (CTA) cujo presidente até defendeu a isenção da selagem para as cervejas. Em jeito de resposta o ministro da Indústria e Comércio afirmou que “três cervejas cem, não, três blocos de construção cem, sim”, citando um jovem músico. Ragendra de Sousa disse ainda que o Governo espera que a CASP deixe “de ser um órgão de murmúrios mas passe a ser uma instituição mutualista onde os interesses convergem”. O Presidente Filipe Nyusi, que [na Conferência de 2016](#) declarou que a CTA não representa todos empresários de Moçambique, quando foi convidado para dirigir-se a plateia de mais de um milhar de importantes homens de negócios, na sua maioria baseados em Maputo, declarou que não pretendia discursar.

Na sua primeira CASP como timoneiro da CTA, em 2017 o evento não aconteceu, Agostinho Vuma começou por enaltecer algumas boas acções do Executivo assim como do Chefe de Estado mas manteve a tónica de lamentações do seu antecessor, “Senhor Presidente, gostaríamos de encorajar o Banco de Moçambique a ir mais a fundo nas reformas e ajustamentos macroeconómicos necessários para aliviar o sufoco que as PME's enfrentam”.



“O atraso de pagamentos de facturas pelo Estado ao Sector Privado, aliada à problemática do reembolso do IVA exacerbou as dificuldades das empresas em 2017. As empresas enfrentam

Escrito por {ga=aderito-caldeira}
Terça, 13 Março 2018 08:03 -

hoje grandes dificuldades que seriam minimizadas com o reembolso, em tempo útil, do IVA pelo Estado. Gostaríamos de ver um plano para lidar-se com este assunto e uma melhor e mais comunicação com o sector privado”, declarou Vuma.

O presidente do conselho directivo da CTA lamentou que a sua agremiação não foi auscultada pela Assembleia da República para enriquecer a proposta de Lei que Estabelece os princípios e Regras Aplicáveis ao Sector Empresarial do Estado e revelou que “nas actuais condições, não é possível aos agricultores nacionais competirem no mercado com o arroz importado da Tailândia prevalecendo a taxa de direitos aduaneiros de apenas 7,5 por cento. Mesmo que tripliquemos a produtividade actual do arroz, será impossível”.

Confederação das Associações Económicas defende a revisão da Lei de Terras

Agostinho Vuma saiu em defesa da indústria de sumos e refrigerantes, que na óptica do CTA estão a ser prejudicadas pela nova pauta aduaneira aprovada, e ainda defendeu a isenção da selagem das cervejas. O representante do sector privado, maioritariamente baseado na capital pois foi visível a ausência dos empresários das províncias, defendeu a revisão da Lei de Terras tendo proposto a “promulgação de procedimentos simplificados e menos restritivos para a aquisição e transferência de direitos fundiários, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, protegendo-se, no entanto, os legítimos direitos costumeiros, comunitários e dos pequenos agricultores à terra”.

Ainda no rol de lamentações Vuma queixou-se que “a CTA apresentou uma proposta de Lei para a participação pública nos processos legislativos e não foi levada adiante”.

“Três cervejas cem, não, três blocos de construção cem, sim”, ministro Ragendra

Conferência Anual do Sector Privado (de Maputo) deve “deixar de ser um órgão de murmúrios” afirma G

Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Terça, 13 Março 2018 08:03 -

